



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

018. PROVA OBJETIVA

AGENTE TÉCNICO – ENGENHEIRO (ÁREA DE ATUAÇÃO: ENGENHARIA AMBIENTAL)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(www.chargeonline.com.br. Adaptado)

01. Tendo como referência a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna na fala da personagem deve ser preenchida com

- (A) inexistia
- (B) não se viu
- (C) não haviam
- (D) faltaram
- (E) estava ausentes

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 08.

Na Flip, como na Copa

RIO DE JANEIRO – Durante entrevista na Festa Literária Internacional de Paraty deste ano, o cantor Gilberto Gil criticou as arquibancadas dos estádios brasileiros em jogos da Copa das Confederações.

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

Na Flip, como nas Copas por aqui, pobre só aparece “como prestador de serviço”, para citar uma participante de um protesto em Paraty, anteontem.

Como lembrou outro dos convidados da festa literária, o mexicano Juan Pablo Villalobos, esse cenário é “um espelho do que é o Brasil”.

(Marco Aurélio Canônico, Na Flip, como na Copa. *Folha de S.Paulo*, 08.07.2013. Adaptado)

02. No texto e na charge, está inscrita uma crítica

- (A) à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários das obras, seja na Flip seja para a Copa.
- (B) à publicidade exagerada para que as pessoas menos favorecidas usufruam os bens culturais sociais.
- (C) à ausência de pessoas menos favorecidas como cidadãos participantes dos eventos esportivos no Brasil.
- (D) à organização dos eventos literários e esportivos que gastam além da conta com as obras.
- (E) ao pouco empenho que as pessoas no Brasil fazem para vivenciar a agenda cultural nacional.

03. Nas palavras do mexicano Juan Pablo Villalobos, fica evidente que o Brasil é um país em que

- (A) as diferenças sociais ainda são bastante acentuadas.
- (B) o repúdio às diferenças não ecoa na voz dos artistas.
- (C) as desigualdades sociais são pouco percebidas.
- (D) o esporte funciona como minimizador das diferenças.
- (E) a cultura esportiva é mal vista pela classe média alta.

Para responder às questões de números 04 e 05, considere a frase final do texto:

... esse cenário é “um **espelho** do que é o Brasil”.

04. O termo **espelho** está empregado em sentido

- (A) figurado, significando qualidade.
- (B) próprio, significando modelo.
- (C) figurado, significando advertência.
- (D) próprio, significando símbolo.
- (E) figurado, significando reflexo.

05. No trecho, usam-se as aspas para

- (A) marcar o discurso indireto.
- (B) indicar a fala irônica do autor.
- (C) introduzir o discurso direto.
- (D) suavizar o sentido do enunciado.
- (E) marcar pejorativamente o enunciado.

06. Observe as passagens textuais:

Na Flip, **como** nas Copas por aqui... (3.º parágrafo)

Como lembrou outro dos convidados da festa literária... (4.º parágrafo)

Conforme o contexto em que estão empregados, os termos em destaque remetem, correta e respectivamente, ao sentido de

- (A) causa e comparação.
- (B) comparação e conformidade.
- (C) conformidade e causa.
- (D) consequência e comparação.
- (E) condição e causa.

Considere o 2.º parágrafo do texto para responder às questões de números **07** e **08**:

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

07. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho está correta quanto à regência e ao uso ou não do acento indicativo da crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, em cuja ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário afigura-se muito a dos eventos Fifa.
- (B) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, aonde ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece-se muito a dos eventos Fifa.
- (C) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito na dos eventos Fifa.
- (D) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, de que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece muito com a dos eventos Fifa.
- (E) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, na qual ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito à dos eventos Fifa.

08. Conforme os sentidos do texto, eliminando-se o sinal de dois-pontos, a frase final do parágrafo admite a seguinte redação:

- (A) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, talvez, classe média alta.
- (B) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, qual seja, classe média alta.
- (C) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, até mesmo classe média alta.
- (D) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, no entanto, classe média alta.
- (E) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, ainda que classe média alta.

Para responder às questões de números **09** e **10**, leia o texto.

A Justiça determinou, no início da noite de ontem, a suspensão da construção do viaduto sobre as avenidas Antônio Sales e Engenheiro Santana Júnior, pela Prefeitura de Fortaleza. A decisão suspendeu também os cortes das árvores do Parque do Cocó para a execução da obra. Antes mesmo da decisão, também na noite de ontem, o Município **já** havia se pronunciado, por meio da assessoria de comunicação, afirmando compromisso de suspender as obras, **devido** a questionamento da Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

(www.opovo.com.br, 23.07.2013. Adaptado)

09. Os termos “já” e “devido”, em destaque, conforme o contexto em que estão empregados, expressam, correta e respectivamente, sentido de

- (A) tempo e comparação.
- (B) modo e consequência.
- (C) afirmação e comparação.
- (D) tempo e causa.
- (E) afirmação e condição.

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o tempo verbal composto em – havia se pronunciado – equivale a

- (A) se pronunciara.
- (B) se pronuncia.
- (C) se pronunciava.
- (D) se pronunciou.
- (E) se pronunciaria.

11. Leia a charge.



Na charge, o efeito de humor decorre de

- (A) uma relação de oposição entre os termos “médico” e “Cuba”.
- (B) uma resposta sem sentido sobre o que foi perguntado.
- (C) um termo empregado em sentido figurado: “Cuba”.
- (D) um trocadilho com os termos “Cuba” e “incubadora”.
- (E) um termo fora do contexto da conversa: “incubadora”.

Leia o texto para responder às questões de números 12 a 15.

Barreira da língua

A barreira da língua e dos regionalismos parece um mero detalhe em meio a tantas outras questões mais sérias já levantadas, como a falta de remédios, de equipes e de infraestrutura, mas não é.

Como é possível estabelecer uma relação médico-paciente, um diagnóstico correto, se o médico não compreende o paciente e vice-versa?

Sim, essa dificuldade já existe no Brasil mesmo com médicos e pacientes falando português, mas ela só tende a piorar com o “portunhol” que se vislumbra pela frente.

O ministro da Saúde já disse que isso não será problema, que é mais fácil treinar um médico em português do que ficar esperando sete ou oito anos até um médico brasileiro ser formado.

Experiências internacionais, porém, mostram que não é tão fácil assim. Na Alemanha, mesmo com a exigência da proficiência na língua, um estudo constatou atraso de diagnósticos pelo fato de o médico estrangeiro não conseguir entender direito os sintomas de pacientes.

Além disso, há queixa dos profissionais alemães, que se sentem sobrecarregados por terem de atuar como intérpretes dos colegas de fora.

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

(Cláudia Collucci, Barreira da língua. *Folha de S.Paulo*, 03.07.2013. Adaptado)

12. No texto, a autora argumenta que, no Brasil,

- (A) o bom senso tem dominado quando se trata da saúde das pessoas, pois os médicos, na maioria das vezes, esforçam-se por uma boa comunicação.
- (B) as dificuldades de comunicação entre pacientes e médicos já são flagrantes e tenderão a intensificar-se com a chegada dos profissionais estrangeiros.
- (C) os profissionais atuam de forma distinta do que se vê nas experiências internacionais, o que concorre para um atendimento mais rápido e eficiente.
- (D) a proficiência da língua é uma questão secundária, uma vez que aqui, normalmente, utilizam-se subterfúgios de comunicação, como o “portunhol”.
- (E) a comunicação é bastante precária, porque normalmente os médicos acabam por não se preocupar com as questões de saúde da população.

13. Ao citar a experiência da Alemanha, a autora pretende

- (A) minimizar problemáticas advindas de eventuais contratempos de comunicação dos estrangeiros.
- (B) mostrar que a barreira linguística, problema em outros países, inexistente no Brasil.
- (C) ironizar as considerações do ministro e enfatizar a importância dos médicos estrangeiros.
- (D) justificar a relevância da perspectiva do ministro da Saúde sobre os direitos da população.
- (E) relativizar o ponto de vista do ministro da Saúde sobre a questão do domínio da língua.

14. No trecho – ... essa dificuldade já existe no Brasil **mesmo** com médicos e pacientes falando português... – (3.º parágrafo), o termo em destaque assume o sentido de

- (A) dúvida e equivale a “talvez”.
- (B) afirmação e equivale a “realmente”.
- (C) inclusão e equivale a “também”.
- (D) intensidade e equivale a “inclusive”.
- (E) oposição e equivale a “apesar de”.

15. Considere o parágrafo final do texto:

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

Mantendo-se os sentidos originais, ele está corretamente reescrito de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso?
- (B) Nada contra a vinda dos estrangeiros, caso estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, todavia: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?
- (C) Nada contra a vinda dos estrangeiros, quando estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, portanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?
- (D) Nada contra a vinda dos estrangeiros, mas estariam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, apesar disso: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso.
- (E) Nada contra a vinda dos estrangeiros, pois estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, por conseguinte: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso.

16. A imagem a seguir, retirada do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, mostra opções exibidas ao passar o *mouse* sobre a seta ao lado do botão desligar no menu iniciar.



Selecionar a opção “Trocar usuário” permite

- (A) alternar usuários sem fechar os programas da sessão atual.
 (B) trocar a senha do usuário da sessão atual.
 (C) trocar as propriedades do usuário da sessão atual.
 (D) criar um novo usuário para o Windows.
 (E) criar uma nova senha para o usuário da sessão atual.
17. A figura a seguir mostra um documento sendo editado no MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

Tinha uma pedras no meio do caminho.

E dois cachoros ao lado da pedra.

Assinale a alternativa correta em relação aos recursos de verificação ortográfica e gramatical do MS-Word 2010 aplicados aos trechos “uma pedras” e “cachoros”.

- (A) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho. E o trecho “cachoros” será marcado em verde.
 (B) Ambos os trechos serão marcados em verde.
 (C) O trecho “uma pedras” será marcado em verde. E o trecho “cachoros” será marcado em vermelho.
 (D) Ambos os trechos serão marcados em vermelho.
 (E) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho por ser um erro de ortografia.
18. A figura a seguir mostra uma planilha sendo editada no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	2	5	6
2	8	2	2
3	1	2	3
4			

A célula A4 será preenchida com a fórmula =SE(C1>2;5;3).
 Depois, a célula B4 será preenchida com a fórmula =SE(C2>2;5;3).

Depois, a célula C4 será preenchida com a fórmula =A4+B4.

Assinale a alternativa que contém o valor correto exibido na célula C4.

- (A) 2
 (B) 3
 (C) 6
 (D) 8
 (E) 10

19. O ícone exibido a seguir foi retirado do grupo Fonte da guia Página Inicial do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



O ícone exibido permite

- (A) acionar o anti-vírus no *slide* atual.
 (B) ajustar o espaçamento entre caracteres.
 (C) acionar o anti-vírus em todos os *slides*.
 (D) centralizar os objetos do *slide*.
 (E) inserir um objeto de vídeo no *slide* atual.
20. Um usuário do MS-Windows 7 navega na internet por meio do Internet Explorer 9, ambos em configuração padrão. Ao clicar com o botão direito (com o *mouse* configurado para destros) sobre um *link* de uma página, uma das opções exibidas permite abrir o *link* em uma nova guia. Usar a opção para abrir em nova guia _____.
- Assinale a alternativa que completa o enunciado corretamente.
- (A) fechará a janela atual do Internet Explorer.
 (B) abrirá uma nova janela do Internet Explorer.
 (C) criará uma nova guia dentro da janela atual do Internet Explorer.
 (D) abrirá uma nova guia dentro de uma nova janela do Internet Explorer.
 (E) criará uma nova janela dentro da guia atual do Internet Explorer.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Assinale a alternativa correta a respeito da concessão dos serviços públicos.
- (A) O poder concedente transfere ao concessionário a execução do serviço e a sua titularidade.
 - (B) A concessão, em regra, é feita por meio de licitação, podendo ser nas modalidades da concorrência ou tomada de preços, admitindo-se ainda, em alguns casos, a dispensa de licitação.
 - (C) A remuneração do serviço público é feita por meio da tarifa e tem a natureza de preço público.
 - (D) A responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução do serviço público é subjetiva.
 - (E) Quando a concessão revelar-se contrária ao interesse público, ela deverá ser rescindida unilateralmente pelo poder concedente sem indenização ao concessionário.
22. A respeito das entidades da Administração Indireta, é correto afirmar que é uma regra comum a todas elas:
- (A) têm legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública.
 - (B) possuem personalidade jurídica de direito público.
 - (C) possuem juízo privativo tanto na Justiça Federal quanto na Estadual.
 - (D) estão sujeitas à falência.
 - (E) seus bens são impenhoráveis.
23. Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar que
- (A) seus dirigentes são nomeados em cargo de confiança e podem ser exonerados *ad nutum*.
 - (B) seus servidores são submetidos ao regime jurídico de trabalho celetista.
 - (C) as decisões das agências devem ser referendadas pelo respectivo chefe do Poder Executivo.
 - (D) as decisões proferidas pelas agências são em caráter definitivo, não podendo ser questionadas no Poder Judiciário.
 - (E) estão sujeitas à tutela ou controle administrativo exercido pelo Ministério a que se encontram vinculadas.
24. Assinale a alternativa que contempla os dois tipos de contratos que podem ser firmados pelos entes consorciados, conforme expressamente previsto na Lei n.º 11.107/2005.
- (A) De rateio e de convênio.
 - (B) De programa e de rateio.
 - (C) De gestão e de gerenciamento.
 - (D) De parceria e de gestão.
 - (E) De administração e de gerenciamento.

25. João da Silva foi legalmente nomeado para ingressar no serviço público por meio de um vínculo contratual regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Isso significa que João da Silva
- (A) foi contratado para assumir um cargo público na Administração Direta.
 - (B) foi obrigatoriamente contratado para ocupar um cargo no serviço público por tempo determinado.
 - (C) foi contratado para assumir um cargo público efetivo na Administração Indireta.
 - (D) foi contratado para assumir um emprego público.
 - (E) foi contratado para ocupar um cargo público em comissão.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o acesso a informações públicas é um direito fundamental garantido a todos os cidadãos, o qual, no entanto, pode ser restringido na seguinte hipótese prevista, expressamente, no texto constitucional:
- (A) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) quando necessário manter o sigilo para preservação da intimidade e da vida privada.
 - (C) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança pública e de interesse da administração pública.
 - (D) se a divulgação da informação puder potencialmente causar prejuízo aos interesses de setores estratégicos da administração do Estado.
 - (E) se a informação solicitada revelar dados particulares de altas autoridades do governo federal, estadual ou municipal.
27. Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.
- (A) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 - (B) No ajuizamento do *habeas data*, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
 - (D) É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (E) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

28. O Estado do Espírito Santo edita lei estabelecendo penalidades em virtude de responsabilidade por dano ao meio ambiente. Considerando a repartição constitucional de competências entre os entes da Federação brasileira, pode-se afirmar que a referida lei é
- (A) constitucional, uma vez que legislar sobre essa matéria é de competência privativa dos Estados.
 - (B) constitucional, desde que não conflite com norma geral da União sobre a mesma matéria, considerando que esta é de competência legislativa concorrente.
 - (C) inconstitucional, pois a matéria disciplinada pela lei em referência é de competência legislativa privativa da União.
 - (D) inconstitucional, posto que não compete aos Estados impor penalidades em matéria ambiental.
 - (E) constitucional, apenas na hipótese de não haver norma da União disciplinando a mesma matéria.
29. A Constituição Federal veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos, entre outros, de servidores
- (A) que exerçam o magistério na educação básica e no ensino superior.
 - (B) da administração fazendária e seus servidores fiscais.
 - (C) de carreira do Estado.
 - (D) pertencentes aos quadros do Ministério Público e da Magistratura.
 - (E) portadores de deficiência.
30. Considerando o disposto na Carta Magna brasileira a respeito da Ordem Social, assinale a alternativa correta.
- (A) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado ou convênio, tendo preferência as entidades que já recebiam subsídios governamentais.
 - (B) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, devendo a comercialização ser disciplinada por lei federal, exclusivamente, para fins científicos.
 - (C) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
 - (D) É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
 - (E) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos assentamentos de colonos e aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios.
31. Segundo a lei que regulamenta os planos de carreiras dos servidores administrativos do Ministério Público do Espírito Santo, o grupo operacional administrativo é formado pelas carreiras e cargos que especifica. A Carreira Técnica Operacional inclui os cargos de Agente de
- (A) Apoio, Agente de Inspeção e Agente Técnico.
 - (B) Promotoria, Agente de Apoio e Agente Consultivo.
 - (C) Promotoria, Agente Técnico e Agente Especializado.
 - (D) Gabinete, Agente de Promotoria e Agente de Apoio.
 - (E) Gabinete, Agente de Secretaria e Agente Especializado.
32. Considerando as disposições da lei que disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa que corretamente traduz uma situação na qual o servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo.
- (A) Por dois dias consecutivos, para apresentação obrigatória em órgão militar.
 - (B) Por um dia, a cada seis meses, para doação de sangue.
 - (C) Por até cinco dias consecutivos, por motivo de casamento.
 - (D) Por cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos ou irmãos.
 - (E) Por até dez dias consecutivos, para prestação de concurso público.
33. De acordo com a lei que disciplina a matéria, no Estado do Espírito Santo, a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, transitada em julgado, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens permanentes, denomina-se
- (A) reintegração.
 - (B) aproveitamento.
 - (C) recondução.
 - (D) ascensão.
 - (E) reversão.

34. Após cada decêndio ininterrupto de efetivo exercício prestado à administração direta, às autarquias e fundações do Estado do Espírito Santo, o servidor público em atividade terá direito a um adicional de assiduidade, em caráter permanente, a um percentual sobre o vencimento básico do cargo, respeitado o limite estabelecido em lei, correspondente a
- (A) 2%.
 - (B) 3%.
 - (C) 5%.
 - (D) 7%.
 - (E) 10%.
35. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida mediante controle externo e pelo sistema de controle interno. Os controles externo e interno são exercidos, respectivamente, pelo Poder
- (A) Judiciário e pela Assessoria de Controle Interno.
 - (B) Legislativo e Assessoria de Controle Interno.
 - (C) Executivo e Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) Legislativo e Comissão integrada por servidores do Ministério Público.
 - (E) Executivo e Comissão integrada por membros do Ministério Público.
36. Em conformidade com a lei que rege a licitação, toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais, é considerada
- (A) obra.
 - (B) serviço.
 - (C) compra.
 - (D) tarefa.
 - (E) empreitada.
37. É modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. A referida modalidade corresponde ao conceito de
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) leilão.
 - (E) concurso.
38. Determina, expressamente, a Lei n.º 8.666/93 que os contratos administrativos por ela disciplinados regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, as disposições do direito privado e os princípios da
- (A) especialização.
 - (B) capacidade contributiva.
 - (C) teoria geral dos contratos.
 - (D) teoria específica dos contratos públicos.
 - (E) motivação.
39. Dentre outras hipóteses previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, compreende-se como renúncia de receita
- (A) a concessão de isenção em caráter geral.
 - (B) a concessão de imunidade.
 - (C) a alteração de alíquota que implique em redução do imposto de importação.
 - (D) o crédito presumido.
 - (E) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.
40. A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens ou serviços, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada e equipara-se a
- (A) refinanciamento da dívida.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) operação de crédito.
 - (D) dívida pública consolidada.
 - (E) dívida pública mobiliária.

41. Os Corredores Ecológicos

- (A) podem ser definidos como instrumento de gestão ambiental, atuando com o objetivo de garantir a conectividade entre fragmentos de áreas naturais, agricultáveis e reflorestadas.
- (B) são criados por ato das Secretarias Municipais de Meio Ambiente.
- (C) visam mitigar os efeitos da fragmentação dos ecossistemas, com o objetivo de proporcionar o deslocamento de animais, a dispersão de sementes, o aumento da cobertura vegetal.
- (D) são definidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como porções de ecossistemas naturais, seminaturais ou artificiais, ligando unidades de preservação permanente.
- (E) são planejados pela iniciativa dos governos estaduais e executados pelas organizações não governamentais (ONG) ambientais.

42. As Unidades de Conservação (UC) devem possuir um Plano de Manejo que

- (A) precisa ser elaborado em um prazo mínimo de um ano e máximo de dois anos, após a criação da UC.
- (B) é um documento consistente, elaborado a partir de estudos e diagnósticos do meio biológico.
- (C) estabelece as normas e restrições para o uso dos recursos naturais dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre ela.
- (D) determina a proibição de zoneamento na UC visando garantir a proteção da biodiversidade no local.
- (E) inclui medidas para promover a integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas e também regras para visitação.

43. Assinale a alternativa que relaciona, correta e respectivamente, um processo de transformação e um método de transformação referentes ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

- (A) Esterilização; micro-ondas.
- (B) Redução de volume; manual ou mecânica.
- (C) Combustão; destilação destrutiva.
- (D) Separação de componentes; método de cominuição.
- (E) Pirólise; conversão biológica por oxidação térmica.

44. Um dos aspectos a ser destacado na conservação dos recursos naturais é a revegetação, que envolve o uso de diferentes grupos ecológicos sucessionais. Assim, visando a uma ação mais efetiva, espécies

- (A) climáticas devem ser plantadas em número restrito de indivíduos para viabilizar o desenvolvimento.
- (B) pioneiras devem ser exóticas de modo a garantir a ocupação do espaço.
- (C) secundárias necessitam apresentar copa densa e serem plantadas em grande número de indivíduos.
- (D) nativas devem ter prioridade ao uso de espécies xenobióticas.
- (E) com pequena valência ecológica devem ser priorizadas para favorecer a ocorrência da sucessão ecológica.

45. A reciclagem dos restos orgânicos é importante para a agricultura, pois

- (A) mantém estáveis a temperatura e os níveis de acidez do solo e estimula a germinação de sementes de plantas invasoras.
- (B) o uso do fertilizante orgânico diminui a quantidade de nutrientes no solo, aumentando o uso de fertilizantes químicos.
- (C) diminui a capacidade das plantas na absorção de micronutrientes, fornecendo substâncias que estimulam seu crescimento.
- (D) melhora a aeração e a retenção da água no solo, reduzindo a erosão provocada pelas chuvas.
- (E) inativa a vida do solo, evitando a reprodução de micro-organismos muitas vezes concorrentes com as culturas agrícolas.

46. Leia as seguintes descrições:

I. Ecossistema com variabilidade climática acentuada, apresentando desde climas temperados úmidos até semi-áridos. O relevo também é diverso. As árvores formam uma floresta densa dos vales, rareando nas encostas. Enquanto que os topos dos morros são formados por áreas de campo rupestres.

II. Ecossistema com clima característico, duas estações bem definidas. A vegetação tem fisionomia variada, apresentando desde campos limpos sem vegetação lenhosa até formações arbóreas densas. Matas ciliares e veredas são encontradas próximo a regiões ribeirinhas.

Assinale a classificação correta.

- (A) I. Amazônia; II. Caatinga.
- (B) I. Mata Atlântica; II. Cerrado.
- (C) I. Savana; II. Restinga.
- (D) I. Mata de Araucária; II. Pampa.
- (E) I. Pantanal; II. Cerradão.

47. A Resolução CONAMA n.º 3/1990 estabelece que

- (A) são padrões de qualidade do ar as concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral.
- (B) poluente atmosférico é o material particulado em concentração que torne o ar impróprio à flora e à fauna selecionadas como bioindicadores.
- (C) padrões primários de qualidade do ar são as concentrações de poluentes abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral.
- (D) padrões secundários de qualidade do ar são as concentrações de poluentes, que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população.
- (E) episódio crítico de poluição do ar compreende a presença de baixas concentrações de poluentes na atmosfera em longo período de tempo, resultante da ocorrência de condições meteorológicas favoráveis à dispersão dos poluentes.

48. A importância da presença de material particulado fino, aquele cujas partículas possuem entre 2,5 e 10,0 µm de diâmetro, está relacionada principalmente

- (A) à redução da visibilidade atmosférica e ao aumento do número de acidentes com veículos automotores.
- (B) ao aumento do teor de acidez e à danificação das edificações humanas por meio da chuva ácida.
- (C) ao fato de poderem atingir os alvéolos pulmonares e causar problemas respiratórios.
- (D) à ligação estável com a hemoglobina presente nas hemácias e à diminuição do transporte de oxigênio pelo sangue.
- (E) à contribuição para o aumento do efeito estufa e ao conseqüente aquecimento global.

49. Considerando a Resolução CONAMA n.º 357/2005 e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) Padrão: substâncias ou outros indicadores representativos da qualidade da água.
- (B) Meta: medição ou verificação de parâmetros de qualidade e quantidade de água, que pode ser contínua ou periódica, utilizada para acompanhamento da condição e controle da qualidade do corpo de água.
- (C) Parâmetro de qualidade da água: valor limite adotado como requisito normativo de um padrão de qualidade de água ou efluente.
- (D) Recreação de contato primário: refere-se àquela associada a atividades em que o contato com a água é esporádico ou acidental e a possibilidade de ingerir água é pequena, como na pesca e na navegação.
- (E) Ensaios ecotoxicológicos: ensaios realizados para determinar o efeito deletério de agentes físicos ou químicos a diversos organismos aquáticos.

50. Entre as diferentes formas de contaminação das águas subterrâneas, podemos citar: (I) escoamento superficial; (II) aplicação direta; (III) lixiviação; (IV) deposição de partículas atmosféricas; e (V) acidentes.

Podem ser consideradas fontes pontuais:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

51. Formações florestais em estágio inicial de regeneração apresentam:

- (A) serapilheira, variando de espessura, de acordo com as estações em relação ao ano e à localização.
- (B) trepadeiras, geralmente lenhosas, sendo abundantes e ricas em espécies na floresta estacional.
- (C) diversidade biológica muito grande devido à complexidade estrutural.
- (D) vegetação alterada, com predominância de indivíduos do porte herbáceo, podendo haver a presença de alguns do arbustivo e, raramente, um ou outro do arbóreo.
- (E) fisionomia herbáceo-arbustiva de porte baixo, com cobertura vegetal, variando de fechada a aberta.

52. Considerando a Lei Federal n.º 12.305/2010, assinale o entendimento correto.

- (A) Gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
- (B) Gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- (C) Logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- (D) Reciclagem: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.
- (E) Rejeitos: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente e, se couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e do Sistema Único de Atenção à Saúde Agropecuária.

53. Um dos instrumentos do gerenciamento costeiro é o:

- (A) Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC: instrumento básico de planejamento que estabelece as normas de uso, ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais da costa, em zonas específicas, definidas a partir de suas vulnerabilidades ecológicas e potencialidades socioeconômicas.
- (B) Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro – SIGERCO: constituído de uma estrutura operacional envolvida na capacitação técnica de forma continuada, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira.
- (C) Plano de Gestão da Zona Costeira – PEGZC: procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo Monitoramento Ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência das medidas e ações desenvolvidas no nível do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo – PEGC/ES.
- (D) Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – MAZC: concebido pelo conjunto de ações e programas setoriais, integrados e compatibilizados com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico-Econômico, envolvendo a participação das entidades civis e dos setores organizados da sociedade.
- (E) Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC: instrumento do PEGC que terá a função de armazenar, processar e atualizar dados e informações do Programa, servindo de fonte de consulta rápida e precisa para a tomada de decisões.

54. Pela Lei n.º 12.651/12, são consideradas Áreas de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas:

- (A) as restingas, se forem consideradas como fixadoras de dunas de modo a assegurar a manutenção das praias para uso de lazer.
- (B) as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa inferior a 100 metros em projeções horizontais.
- (C) os manguezais, em área que seja de interesse turístico.
- (D) as áreas em altitude superior a 1 800 metros, qualquer que seja a vegetação.
- (E) topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 1 000 metros e inclinação média maior que 15°.

55. Segundo a Lei Estadual n.º 5.361/96, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Espírito Santo:

- (A) Florestas de Preservação Ambiental são formações florestais implantadas onde as possibilidades de seu uso são diversas, podendo ou não variar em relação ao tempo e espaço, ou seja, podem ser obtidas de uma só vez, ou paulatinamente, ao longo dos anos. Destinam-se, basicamente, ao sistema produtivo direto, mas, em simultâneo ou não, podem produzir benefícios ambientais e culturais.
- (B) Florestas de Conservação são aquelas onde se permite a utilização direta dos recursos florestais, exclusivamente, de maneira sustentada, ou seja, não comprometendo a sua perpetuação, mantendo ou mesmo maximizando os seus benefícios ambientais.
- (C) Recuperação Florestal é a recuperação através de práticas ecológicas e silviculturais do ecossistema, onde se restaura a sua forma, estabelecendo-se ou ficando muito próximo, principalmente, de sua composição e diversidade de espécies, estrutura trófica, fisionomia e dinâmica original.
- (D) Restauração Florestal é o resultado da integração de práticas ecológicas e silviculturais, que promovam a restauração ou a reabilitação de ecossistemas degradados.
- (E) Reabilitação Florestal compreende um fragmento florestal de qualquer área de vegetação natural contínua (independentemente do seu estágio sucessional), interrompida por barreiras antrópicas (estradas, culturas agrícolas, etc.) ou naturais (lagos, outras formações vegetais, etc.), que sofra diminuição significativa do fluxo de animais, pólen e/ou sementes.

56. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), são Unidades de Proteção Integral:

- (A) Reserva Extrativista e Estação Ecológica.
- (B) Parque Nacional e Monumento Natural.
- (C) Reserva Biológica e Área de Relevante Interesse Ecológico.
- (D) Área de Proteção Ambiental e Floresta Nacional.
- (E) Refúgio da Vida Silvestre e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

57. Segundo a Resolução CONAMA n.º 237/97,

- (A) licença ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- (B) os empreendimentos e atividades serão licenciados em, pelo menos, dois níveis de competência, a saber: o nível Federal e o nível Municipal. Quando pertinente, os Estados também poderão atuar no processo.
- (C) compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades, com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional, localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados.
- (D) o prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.
- (E) o arquivamento do processo de licenciamento impedirá a apresentação de novo requerimento de licença segundo o estabelecido no artigo 10, sendo necessário iniciar novamente o processo mediante novo pagamento de custo de análise.

58. A prestação pecuniária, relacionada às sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, consiste

- (A) na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.
- (B) no acréscimo do valor pago ao montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- (C) na aplicação de um salário mínimo, em seu menor valor, e mil salários mínimos, em seu maior valor.
- (D) na proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.
- (E) consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz.

59. Constitui infração toda ação ou omissão que importe na inobservância das normas ambientais, do Estado do Espírito Santo, vigentes, tais como

- (A) causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas.
- (B) funcionar nos municípios estabelecimentos, obras ou serviços em áreas de adensamento urbano.
- (C) transformar uma área rural em uma área própria para a ocupação humana urbana.
- (D) adotar medidas de precaução quando há interrupção intermitente do abastecimento público de água.
- (E) causar poluição sonora em níveis tais que resultem em danos à saúde humana, não sendo necessária a observação dos impactos à flora e à fauna.

60. Segundo a Resolução CONAMA n.º 357/2005,

- (A) águas doces são aquelas com salinidade igual ou inferior a 10,0‰, que podem ser utilizadas para consumo humano.
- (B) ambiente lêntico é aquele cuja vazão do corpo hídrico utiliza como base o uso múltiplo das águas.
- (C) águas salobras são aquelas com salinidade superior a 1,0‰ e inferior a 10,0‰; ambiente típico de mangues e restingas.
- (D) ambiente lótico é aquele com águas continentais moventes e teor relativamente alto de oxigênio.
- (E) águas salinas são aquelas com salinidade igual ou superior a 50‰, que possibilitam a vida de organismos com adaptações especiais.

61. No Estado do Espírito Santo, os valores arrecadados com a cobrança pela utilização de recursos hídricos serão aplicados obrigatoriamente

- (A) na bacia hidrográfica que contenha áreas de preservação permanente, independentemente do local onde os recursos foram gerados.
- (B) na bacia hidrográfica que apresente degradação ambiental ocorrida por lançamentos de efluentes, independentemente do local onde os recursos foram gerados.
- (C) nos municípios que apresentarem maior vulnerabilidade em relação à qualidade da água, independentemente do local onde os recursos foram gerados.
- (D) na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados em projetos incluídos no Plano de Bacia.
- (E) na bacia hidrográfica em que foram gerados e, excepcionalmente, a critério do executivo, em municípios carentes, mesmo fora do local onde os recursos foram gerados.

62. Segundo a Resolução n.º CONAMA 418/2009, é correto afirmar que
- (A) o Plano de Controle da Poluição Veicular deve ter como base o inventário brasileiro de gases de efeito estufa.
 - (B) ao elaborarem Plano de Controle da Poluição Veicular, os órgãos ambientais estaduais devem ouvir os municípios.
 - (C) para os Programas de Inspeção Veicular municipais, as montadoras de veículos devem realizar estudos visando identificar procedimentos mais eficazes às novas tecnologias.
 - (D) o Programa de Inspeção Veicular – I/M pode ser implementado paralelamente à elaboração do Plano de Controle da Poluição Veicular.
 - (E) o Programa de Inspeção Veicular – I/M deve ser implementado em todos os municípios brasileiros.
63. O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) estabelece diretrizes para a política urbana e para tanto prevê diversos instrumentos urbanísticos e ambientais. Em relação ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e ao Plano Diretor, essa lei estabelece que
- (A) o Plano Diretor é obrigatório para municípios com mais de 100 000 habitantes.
 - (B) o Plano Diretor deve conter no mínimo a definição dos empreendimentos passíveis de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
 - (C) a elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
 - (D) a elaboração do EIV substitui a elaboração e aprovação de avaliação ambiental estratégica.
 - (E) o Plano Diretor deverá definir os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
64. Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços. A elaboração dos planos de saneamento básico deve ficar a cargo
- (A) dos titulares em conjunto com as agências reguladoras dos serviços.
 - (B) dos prestadores dos serviços.
 - (C) das agências reguladoras dos serviços.
 - (D) dos prestadores em conjunto com as agências reguladoras dos serviços.
 - (E) dos titulares dos serviços.
65. Para alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional de Mudanças Climáticas, o Brasil adotará ações de mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Essas ações fazem parte de um compromisso
- (A) nacional voluntário.
 - (B) nacional compulsório.
 - (C) estabelecido pela Organização das Nações Unidas.
 - (D) estabelecido pela Organização Internacional do Comércio.
 - (E) estabelecido pelo Programa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento.
66. A Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal e que
- (A) os professores em atividade estão dispensados de receber formação complementar em suas áreas de atuação.
 - (B) não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
 - (C) deve ser implantada como disciplina alternativa no currículo de ensino.
 - (D) as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser restritas à educação formal.
 - (E) as diretrizes e normas para a educação ambiental nos Estados serão definidas no âmbito federal.
67. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei n.º 12.305/2010, é correto afirmar que
- (A) a sociedade civil não é responsável pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos; trata-se de responsabilidade apenas do poder público e do setor empresarial.
 - (B) os geradores de resíduos de mineração estão dispensados da elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, pois o plano municipal de resíduos sólidos é o instrumento que determinará as obrigações destes geradores.
 - (C) a existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos exime o Município do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.
 - (D) a elaboração de plano estadual de resíduos sólidos é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos.
 - (E) o plano estadual de resíduos sólidos deve abranger todo o território do Estado, exceto os municípios que já contenham os planos municipais de resíduos sólidos.
68. A Resolução CONAMA n.º 341, de 03 de novembro de 2003, estabelece que atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis em dunas originalmente desprovidas de vegetação podem ser declarados de interesse social. É correto afirmar que
- (A) os requisitos que definem a atividade como de interesse social é de responsabilidade do empreendedor.
 - (B) a declaração de interesse social pode ser emitida para um conjunto de atividades ou de empreendimentos, desde que sejam do mesmo porte.
 - (C) os empreendimentos turísticos sustentáveis que foram declarados de interesse social serão dispensados do Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
 - (D) essas dunas deverão estar previamente definidas pelo órgão ambiental competente e aprovadas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente.
 - (E) essas dunas podem ser ocupadas em sua totalidade desde que aprovadas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente.

69. A participação pública é um dos instrumentos utilizados para subsidiar a tomada de decisão do órgão ambiental em processos de licenciamento ambiental. Segundo o Decreto Estadual n.º 1.777-R, de 2007, são consideradas formas de participação pública:
- (A) consulta pública e audiência pública, apenas.
 - (B) consulta pública e consulta técnica, apenas.
 - (C) consulta técnica, consulta pública e audiência pública.
 - (D) consulta técnica e audiência pública, apenas.
 - (E) consulta prévia ambiental, consulta pública e audiência pública.
70. A Lei Estadual n.º 7.973, de 2004, que trata do parcelamento do solo, define que
- (A) os loteamentos das áreas consideradas de proteção aos mananciais só serão permitidos para atividades de agricultura urbana.
 - (B) os loteamentos das áreas consideradas de proteção aos mananciais deverão ter lotes mínimos de 250 m² visando ampliar a doação de áreas públicas para o município.
 - (C) os loteamentos das áreas consideradas de proteção aos mananciais seguem os mesmos requisitos das áreas de adensamento urbano.
 - (D) os loteamentos das áreas consideradas de proteção aos mananciais deverão ter lotes mínimos de 1 000 m² e só será permitido o loteamento para uso residencial.
 - (E) não são permitidos loteamentos nas áreas consideradas de proteção aos mananciais.
71. Como um instrumento de política e gestão ambiental de projetos de empreendimentos, o processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) caracteriza-se
- (A) pela exigência de estudos ambientais na fase de operação desses empreendimentos.
 - (B) por procedimentos capazes de assegurar desde o início do processo de planejamento a análise sistemática dos impactos ambientais de uma proposta e de suas alternativas.
 - (C) por ser um instrumento de caráter corretivo e deve ser realizado na fase de operação desses empreendimentos.
 - (D) por envolver procedimentos técnico-científicos, envolvendo apenas as áreas de conhecimento da engenharia e biologia.
 - (E) por adotar critérios de sustentabilidade; e foi introduzido no Brasil na década de 70, decorrente das discussões da Conferência de Meio Ambiente de Estocolmo.
72. O estudo de impacto ambiental tem diversas tarefas, entre elas:
- (A) avaliar a compatibilidade dos planos e programas governamentais em implantação na área de influência do projeto.
 - (B) definir o porte da atividade ou do empreendimento a ser analisado e monitorado em todas as fases de execução.
 - (C) elaborar diagnóstico das fontes potencialmente poluidoras para fins de monitoramento ambiental.
 - (D) identificar e avaliar os impactos ambientais apenas na fase de planejamento da atividade ou empreendimento.
 - (E) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto.
73. A área de influência dos impactos ambientais de um determinado projeto estabelece
- (A) os limites geográficos, tecnológicos, sociais e econômicos a serem considerados em estudo de impacto ambiental.
 - (B) apenas os limites geográficos e tecnológicos a serem considerados em estudo de impacto ambiental.
 - (C) apenas os limites geográficos e sociais a serem considerados em estudo de impacto ambiental.
 - (D) apenas os limites geográficos e econômicos a serem considerados em estudo de impacto ambiental.
 - (E) apenas os limites geográficos, sociais e econômicos a serem considerados em estudo de impacto ambiental.
74. Um dos itens a ser considerado no estudo de impacto ambiental é o prognóstico da qualidade ambiental da área de influência
- (A) que será o instrumento formal destinado à comunicação com a população direta e indiretamente afetada pelo empreendimento.
 - (B) que deve ser considerado somente na elaboração de estudo de impacto ambiental de obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos.
 - (C) que tem como finalidade o conhecimento do grau de qualidade dos componentes ambientais do sistema ambiental e suas interações.
 - (D) que tem como finalidade avaliar a consistência do projeto em relação às políticas de desenvolvimento.
 - (E) cujos resultados devem permitir a comparação dos impactos ambientais das alternativas do projeto e a recomendação daquela mais favorável à proteção dos recursos ambientais, inclusive o da sua não realização.

75. A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é utilizada na elaboração de estudos ambientais
- (A) para avaliar os impactos ambientais de políticas, planos e programas que têm alta potencialidade de gerar efeitos em cadeia econômica, ambiental e social.
 - (B) de projetos estratégicos não estruturantes visando avaliar os impactos sinérgicos e cumulativos de muitos projetos.
 - (C) de projetos estratégicos que têm baixa potencialidade de gerar efeito no meio urbano.
 - (D) de projetos cuja participação pública é desnecessária, sendo recomendado que a AAE seja vinculada ao sistema de licenciamento ambiental.
 - (E) de programas de governos que têm baixa potencialidade de gerar impacto social e econômico.
76. Num estudo de impacto ambiental de abertura de uma estrada, identificou-se a possível perda de vegetação significativa, impossível de ser evitada. Neste caso, devem ser previstas medidas compensatórias, que são medidas
- (A) de indenização monetária equivalente à perda do ecossistema afetado.
 - (B) que visam substituir um componente ambiental perdido, por meio da implantação ou manutenção de unidades de conservação.
 - (C) denominadas, também, mitigadoras, a serem executadas visando reduzir os impactos adversos.
 - (D) previstas no plano de recuperação ambiental e são de cunho monetário.
 - (E) que visam controlar o desempenho ambiental do ecossistema afetado pelo projeto.
77. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, disposição final dos resíduos sólidos, vantagem e desvantagem do tratamento.
- (A) Aterro sanitário – possibilidade de recuperação de áreas degradadas; requer áreas reduzidas.
 - (B) Incineração – baixo custo de implantação e operação; necessidade de disposição adequada da escória e das cinzas.
 - (C) Aterro sanitário – aproveitamento da geração de gás combustível; necessidade de grandes áreas.
 - (D) Incineração – propicia a emissão de dioxinas; baixo custo de implantação.
 - (E) Compostagem – propicia a recuperação de solos exauridos; possibilidade de geração e emissão de compostos perigosos.
78. Para a escolha de uma determinada tecnologia de tratamento de água, devem-se considerar
- (A) as características da água bruta e sua variação ao longo das estações do ano, e as vantagens e desvantagens dos diversos processos de tratamento.
 - (B) as vantagens e desvantagens dos diversos processos de tratamento, apenas.
 - (C) as vantagens e desvantagens dos diversos processos de tratamento e a disponibilidade de mão de obra qualificada para operação da estação, apenas.
 - (D) as características da água bruta e o custo de implantação, apenas.
 - (E) a necessidade de área para a estação e as características da água tratada a ser disponibilizada para abastecimento público.
79. O licenciamento ambiental realizado pelo órgão estadual do Espírito Santo prevê diversos tipos de licenças, entre elas a Licença Ambiental Simplificada (LS) que é requerida para
- (A) regularização dos danos ambientais causados anteriormente à legislação existente.
 - (B) avaliação ambiental intermediária entre a licença ambiental prévia e a licença ambiental de operação.
 - (C) obtenção de informações sobre a viabilidade de localização de seu empreendimento.
 - (D) atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados de baixo impacto ambiental que se enquadrem em instruções normativas.
 - (E) declarar a eficiência da gestão do empreendimento e a sua adequação à legislação ambiental pertinente.
80. Segundo o Estatuto da Cidade, a gestão democrática é uma diretriz para o desenvolvimento sustentável das cidades, com base nos preceitos constitucionais da democracia participativa, da cidadania, da soberania e da participação popular. Para garantir a gestão democrática, deverão ser utilizados os seguintes instrumentos:
- (A) plebiscito; tombamento de imóveis.
 - (B) órgãos colegiados de política urbana; conferências sobre assuntos de interesse urbano.
 - (C) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; instituição de unidades de conservação.
 - (D) instituição de zonas especiais de interesse social; incentivos e benefícios fiscais e financeiros.
 - (E) regularização fundiária; referendo popular.

